

## ANOS 70: REPENSANDO A CRÍTICA

TÂNIA PELEGRINI

### APRESENTAÇÃO

Tomar os anos 70 como tema para discussão em uma mesa-redonda, no primeiro Seminário de Teoria Literária do IEL, em que se discutem as linhas de força que configuram a modernidade, implica o fato de lhes conferir uma identidade, principalmente quando a surrada alegação de que não há distanciamento crítico suficiente começa a não se justificar, uma vez que os anos 80 também já se apresentam como um novo objeto de estudo repleto de questões importantes.

Os traços da modernidade, diretamente ligados ao avanço do capitalismo e ao desenvolvimento da industrialização, acentuam-se, no Brasil, a partir da década de 50, quando então a vida cultural vai gradativamente assumindo novos contornos e colocando novos problemas, relacionados à emergência de um novo tipo de vida social e de uma nova ordem econômica.

Em seguida, anos 60, 70 e 80... Na verdade, são rótulos que tentam estabelecer cortes precisos nesse processo contínuo que é o desenvolvimento capitalista, criando objetos de pesquisa determinados. Em relação aos anos 70, a feitura de tais cortes tem referentes históricos muito definidos: a decretação do AI 5, em 1968, e a sua extinção, em 1979. Isso faz com que a identidade dos anos 70 esteja indelevelmente marcada pela militarização do Estado e por todas as conseqüências daí advindas para os campos econômico, político, social e cultural.

Nessa linha, a nossa mesa-redonda se propõe examinar algumas questões-chave para o entendimento do período, tais como a relação entre literatura e política, a posição da crítica diante da produção literária e a repercussão, a nível de autores específicos, das marcas próprias do momento histórico referido.

### ANOS 70: REPENSANDO A CRÍTICA

Tornou-se lugar-comum, durante os anos 70, o uso de expressões como **vazio cultural**, **gavetas vazias** e outras do mesmo teor para diagnosticar a produção cultural naquele período. Expressões como essas articulavam-se nitidamente em torno da categoria de **ausência**, extraída da equação simplista: produção cultural + censura = zero.

Entretanto, passado o tempo, pôde-se verificar que as "gavetas vazias" na verdade estavam cheias de uma produção numerosa e muito diversificada, principalmente naquilo que se refere à literatura. Hoje todos sabemos, a década se caracterizou por um crescimento editorial até então sem precedentes, pelo aparecimento

de muitos autores novos, pela afirmação indiscutível do conto enquanto gênero, isso sem mencionar a realização (e a divulgação) de um sem número de debates, de seminários, de encontros de escritores e intelectuais que produziram textos extremamente ricos com tentativa de interpretação do período que atravessavam e que funcionam como material precioso para quem queira se debruçar sobre a produção cultural desses controvertidos anos 70.

Ao invés de colocar a **ausência** como categoria interpretativa, a análise da literatura desses anos pode ganhar em precisão se considerar a **presença** dessa grande produção à luz da emergência de novos traços formais na vida cultural brasileira, relacionada à emergência de um novo tipo de vida social e de uma nova ordem econômica, dentro da qual os meios de comunicação de massa passam a funcionar como um poderoso mecanismo de formação de gostos e de sensibilidades, de transformação das maneiras de ver e de ouvir e de criação de novas formas de expressão e de recepção de produtos culturais<sup>1</sup>.

Nesses termos, a preocupação com o papel da censura gerando ausência é apenas a superfície da questão, que se mostra como parte de um todo mais geral, atinente às características próprias ao desenvolvimento do capitalismo no Brasil e às consequências disso para o panorama cultural.

Explicando melhor: no particular contexto econômico e político iniciado em 1964, que expressa uma nova composição de formas internas e um novo tipo de articulação do capitalismo brasileiro com o mercado mundial, são completamente novas as implicações para o processo cultural, tais como a importação de novas técnicas e esquemas de organização produtiva exigindo um reaparelhamento da produção cultural; a dominação política favorecendo a intervenção do Estado na cultura, seja através da censura, cerceando, seja através de uma política nacional de cultura, "incentivando"; a busca de integração com a produção industrial moderna praticamente determinando o crescimento do mercado de bens culturais.

Nessa fase de implantação do capitalismo, os meios de comunicação de massa vão influir diretamente nas formas de produção e de recepção de cultura. É evidente que, durante os anos 70, no Brasil, os meios de comunicação de massa eram sustentados pela ideologia do poder autoritário (e aí recalmos no problema da censura institucionalizada), mas eles possuem características próprias à sua existência mesma, como produto do desenvolvimento tecnológico nos países capitalistas em geral e, **nesse nível**, sua influência será semelhante em todos eles.

O desenvolvimento da indústria cultural, portanto, interfere diretamente nos processos de cultura tradicionais, na medida em que se alimenta deles e os incorpora.

Dessa forma, a produção literária dos anos 70, também no Brasil, está profundamente marcada pela transformações contextuais e explícita a presença de **novos traços formais** que correspondem a um momento histórico específico; instaura uma nova modalidade de linguagem (evidentemente inserida dentro de uma tradição) e vem permeada de características que não podem se adequar aos cânones da crítica tradicional, gestada numa outra época.

Nesse ponto, é necessário colocar uma questão fundamental para a compreensão da literatura brasileira, desde sempre: a sua preocupação constante, desde as origens, como bem assinala Antonio Candido<sup>2</sup>, com a busca de uma identidade, o que explicaria, sobretudo na ficção (que é o nosso interesse específico), o retorno cíclico ao naturalismo como processo narrativo.

Parece que isso acontece mais uma vez nos anos 70, com a proliferação de grande número de textos que procuravam expressar a realidade nacional do momento, numa espécie de subversão às regras do jogo político em vigor. Contudo,

acreditar que a presença da estética da verossimilhança como afirmação pura e simples da nacionalidade esgota o problema que aí se coloca, como o faz a crítica mais apressada, é um equívoco.

As tentativas simplificadoras de minização dessa narrativa, implícitas em expressões recorrentes como “síndrome do terror”, “bufonarias da tortura”, “neuroses de heroísmo” (usadas genericamente para caracterizar os textos de cunho político, que tiveram, inclusive, grande êxito junto ao público - e este também é um dado com que trabalhar), não conseguem levar em conta o fato de que toda realidade gera sua própria linguagem, determina suas estruturas e delinea procedimentos de escritura que lhe são próprios; não considera que a escrita é também um ato de solidariedade histórica, como afirma Barthes<sup>3</sup>, e é uma **função** que constitui uma relação entre a criação e a sociedade.

No seu trabalho de análise da ficção do período, Flora Sussekind,<sup>4</sup> que se debruçou também sobre esse tema, coloca:

*“(...) uma literatura cujo eixo é a referência e não o trabalho com a linguagem é o recalque da ficcionalidade em prol de um texto predominantemente documental”.*

E também:

*“A imagem predominante tem sido a de uma forma de expressão obrigada a exercer quase que exclusivamente funções compensatórias(...). Para exercer tais funções a literatura opta por negar-se enquanto ficção e afirmar-se como verdade”.*

Esse tipo de crítica<sup>5</sup>, comum em relação à produção da década, privilegia um determinado conceito de narrativa, assumindo como “parti pris”: o de narrativa **de linguagem**, cujo itinerário se faz pelo território do jogo verbal, cheio de alusões, de chistes, de elipses, de “humor”; uma “impureza”, sem levar em conta que tais “impurezas” representam a formalização do conflito que permeia a própria literatura, num momento histórico específico.

Tal crítica tem uma nítida função ideológica: a de tentar neutralizar as reais contradições da sociedade que, de uma forma ou de outra, brotam das alegorias, dos testemunhos, das memórias, dos romances reportagem que povoam a década, vistos como excrescências no universo lúdico dos artifícios lingüísticos.

É como se a literatura fosse um conglomerado unitário, dentro do qual às vezes se produzem discrepâncias comparáveis às que surgem entre pais e filhos. Mas de acordo com a conceituação de Angel Rama,<sup>6</sup> fora dos “círculos iluminados” situam-se sempre zonas marginais, das quais brota toda uma produção que escapa aos cânones estatuídos pelo foco dominante, seletivo, e que atua solidamente dentro da tradição de uma literatura crítica.

A preocupação político-social, traço marcante da narrativa dos anos 70, não pode ser descartada como excrescência, pois funciona como signo gerador fundamental, em função do qual a crítica também deve ser pensada. Esse tipo de narrativa gerou efeitos estéticos e ideológicos específicos, tanto a nível de produção quanto de recepção e como tal deve ser levada em conta, sobretudo considerando que esses efeitos não são algo absoluto e último, pois dependem de inúmeros mecanismos de difusão, controle e poder e, por fim, da estrutura social dentro da qual devem ser examinados seus contextos de atuação.<sup>7</sup>

Construída com base nos pressupostos realistas, essa ficção utiliza formas

variadas de composição e de expressão: aproxima-se das técnicas dos meios de comunicação, notadamente o jornal e o filme; utiliza-se de elementos da narrativa alegórica, que remete a uma situação global, extratexto, às vezes através de um fato ficcional específico, às vezes através de um fato real que se conta.

Essa tendência alegórica, na verdade, demonstra que só através do caos aparente, da fragmentação, da acumulação de elementos, da fusão de gêneros, a literatura conseguiu apresentar uma imagem de totalidade do mundo referencial contemporâneo, completamente atomizado. Não é correto dizer que, por ser alegórica, é narrativa menor, pois se mostra como marca, signo, ao mesmo tempo sintoma e diagnóstico da situação brasileira atual, ramificação periférica do avanço do capital.

Todos esses elementos apontados evidenciam a necessidade de uma redefinição do conceito de literatura no Brasil, atualmente. Encarar o literário como oposto ao não-literário, ou ver a literatura como uma versão em imagens lingüísticas da totalidade social são enfoques redutores, pois não inserem o fato literário num processo sempre mutante de produção e recepção, no qual o aperfeiçoamento da técnica, a presença dos meios de comunicação de massa e os mecanismos de mercado, agindo também na formação de um novo tipo de público, representam um papel decisivo, engendrando novas contradições e produzindo efeitos que estão presentes na produção dos textos literários. O texto literário, então, deve ser sempre entendido dentro de uma relação de reciprocidade com a realidade, desde que a ficção organiza lingüisticamente a realidade vivida, fazendo-a comunicável.

Nessa linha, aquilo que aos olhos da crítica normativa é visto como não-literário (o relato testemunhal ou a colagem jornalística, por exemplo), na verdade representa uma reelaboração dos meios expressivos tradicionais, como a transformação das condições objetivas da produção e recepção do fato literário.

É necessário lembrar que qualquer modificação na sociedade se traduz numa modificação paralela das categorias literárias, ajustadas a uma visão de mundo reformulada, que transita por mecanismos que conseguem detectar antecipadamente as transformações sociais em processo. Assim, sempre convivem soluções diferentes que atestam as contradições que operam dentro da sociedade.

Então, essas reformulações das categorias narrativas, traduzindo reformulações profundas do próprio sistema social, devem gerar também reformulações no campo da crítica e da teoria, que, de outra maneira, correm o risco de ficar anacrônicas e não mais darem conta de produtos literários de tipo novo que sempre estarão surgindo.

A literatura dos anos 70, portanto, devido à peculiar configuração do momento histórico que a gerou, surge como um corpus extremamente instigante, em **presença** do qual a crítica deve se armar de novas categorias analíticas e interpretativas, não cometendo o equívoco de lhe atribuir critérios de valor baseados na **ausência** de traços que ela evidentemente não pode mais possuir, em virtude das injunções inescapáveis de seu tempo e lugar.

## NOTAS

1. Jameson, F. "Pós-modernidade e sociedade de consumo", *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, nº 12, jun.85.
2. Candido, A. *Formação da Literatura Brasileira*, S.P., Martins, 1969.
3. Barthes, R. *O grau zero da escritura*, S.P. Cultrix, 1974.

4. **Literatura e Vida Literária**, Rio, J.Zahar Ed., 1985. Ver ainda, da autora, **Tal Brasil, qual romance?**, Rio, Achiamé, 1984.
5. ver: Hollanda, H.B. e Gonçalves, M.A. **Anos 70 - Literatura**, Rio, Ed. Europa, 1979.
6. Rama, A. **Los gauchopolíticos rioplatenses**, Buenos Aires, Calicanto Editorial, 1976.
7. Adorno, T. "Teses sobre sociologia da arte", in **Sociologia**, S.P., Ática, 1986.